

PARECER INDEPENDENTE

sobre a primeira emissão de títulos verdes da Camil Alimentos S.A.¹ em 2021





Valor da emissão: R\$ 150 milhões

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP

- Energia renovável
- Prevenção e controle de poluição
- Economia circular

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de Melhoria
1. Uso de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos alocados para CAPEX de usina termelétrica a biomassa; ✓ Categorias de projetos alinhadas a taxonomias e cenários científicos (EU Taxonomy, Climate Bonds Taxonomy, Não Perca Esse Bond); ✓ Alocação de recursos em 24 meses; ✓ Projeto com entrada em operação prevista para junho/2023. 	<ul style="list-style-type: none"> * Pequena parte (3%) da emissão destinada a reembolso de gastos realizados em 2021
2. Seleção e avaliação de projetos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Emissão alinhada com a estratégia ASG do emissor; ✓ Redução de emissões se aproximando da neutralização; ✓ Geração de energia com eficiência de 85%; ✓ Controle e monitoramento de emissões atmosféricas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Histórico de controvérsias envolvendo o emissor (ver seção 3); * Política de suprimentos sem verificação ativa de documentação de fornecedores.
3. Gestão de recursos		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valor da emissão equivale a 98,43% do custo total do projeto; ✓ Mecanismos de vencimento antecipado no caso de alocação distinta do previsto na escritura; ✓ Alocação temporária de recursos em ativos com baixo risco de contaminação. 	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de mecanismos de redirecionamento caso o projeto deixe de cumprir os GBP 1 e 2
4. Relato		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato de indicadores financeiros e de impacto socioambiental ocorrerá anualmente até o vencimento da operação; ✓ Indicadores financeiros e de impacto socioambiental serão verificados por uma terceira parte em até 24 meses da emissão; ✓ Parecer independente será disponibilizado publicamente. 	

¹Primeira série da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Camil Alimentos S.A.

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida.

Sumário

1. Escopo	3
2. Opinião	5
3. Performance ASG da Emissora	12
Método	21
Formulário Green Bond Principles	23
Anexo I – Descrição do Projeto e do Selo Ambiental IRGA	28

1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (*Green Bond*) da primeira série da décima primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Camil Alimentos S.A. (“Emissora” ou “Camil”). Os recursos obtidos com a primeira série da emissão serão utilizados para o financiamento de uma central de cogeração a biomassa (CCB) que produzirá vapor e energia elétrica para o processo produtivo da Camil, a partir da casca de arroz gerada em sua fábrica de Cambaí, no município de Itaqui (RS).

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)², *Climate Bonds Standards*³ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Avaliação da emissão de acordo com a escritura da debênture e outros documentos legais associados, além de entrevistas com a equipe da Camil Alimentos S.A.;
- Avaliação dos benefícios ambientais e climáticos do projeto de geração de vapor e energia elétrica a partir de biomassa;
- Desempenho ambiental, social e de governança corporativa (ASG) da Camil Alimentos S.A. de acordo com políticas e práticas da empresa.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Camil Alimentos S.A., alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis nas áreas de sustentabilidade e financeira, realizadas de forma remota. Esse processo foi realizado entre setembro a novembro de 2021.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado⁴ de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

² <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/green-bond-principles-gbp/>

³ <https://www.climatebonds.net/standard>

⁴ Veja explicação na seção metodologia.

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁵, a publicação “Não Perca esse Bond”⁶ e *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um Parecer de pós-emissão a ser realizado por verificador externo.


⁵ <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>

⁶ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>


2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, nada chegou a nossa atenção que nos faça acreditar que, em todos os aspectos materiais avaliados, a primeira série da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Camil Alimentos S.A. não possa ser caracterizada como um Título Verde, com contribuições positivas para o meio ambiente, clima e desenvolvimento sustentável. Essa conclusão é baseada nas duas avaliações apresentadas a seguir.

- **Emissão**

Green Bond Principles	Análise e descrição
<p data-bbox="209 1115 325 1173">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="389 591 847 622">Descrição dos projetos financiados</p> <p data-bbox="389 651 1433 835">Os recursos obtidos por meio da primeira série da décima primeira emissão de debêntures da Camil Alimentos S.A., no valor de R\$ 150 MM, serão utilizados para a construção e instalação de planta de cogeração de energia elétrica a partir de biomassa na Unidade de Cambaí da Camil, no município de Itaqui (RS). A nova planta de cogeração tem por finalidade suprir as demandas de vapor e energia elétrica da nova fábrica da empresa.</p> <p data-bbox="389 869 1433 1048">O valor da emissão corresponde a 98,43% do valor total do projeto, e 3% (R\$ 4,3 milhões) serão destinados a reembolsos de gastos incorridos em 2021. O valor restante será destinado a gastos futuros, que serão totalmente alocados no projeto elegível em até 24 meses da emissão. A totalidade dos recursos será destinada ao financiamento do novo projeto, consistindo em despesas de capital (CAPEX). As debêntures terão o prazo de vencimento de 7 anos.</p> <p data-bbox="389 1081 1433 1140">Descrição, benefícios ambientais e alinhamento com standards de sustentabilidade</p> <p data-bbox="389 1173 1433 1323">Em termos ambientais, o investimento na geração de energia térmica e elétrica da empresa promove a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor, pela substituição de outros combustíveis por biomassa, sendo uma atividade fundamental na transição para uma economia de baixo carbono que atinja a meta de até 1.5°C de aquecimento do planeta.</p> <p data-bbox="389 1357 1433 1630">De acordo com a publicação 'Não Perca Esse Bond'⁷, a substituição de combustíveis fósseis por biomassa cultivada, biomassa residual ou biogás em caldeiras tem potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa de mais de 90%. Segundo a publicação, a substituição de combustíveis fósseis por biomassa residual ou biogás se aproxima da neutralização, porque a matéria orgânica de origem absorve carbono durante seu crescimento. A redução é ainda mais significativa quando se compara a emissão de CH₄ que esses resíduos teriam se fossem destinados para aterro. A biomassa cultivada também se aproxima da neutralização, pois também absorve carbono durante seu crescimento.</p> <p data-bbox="389 1664 1433 1787">A expectativa com a emissão é que ocorra a redução da poluição a partir do melhor aproveitando dos resíduos da produção de arroz. As cascas de arroz, antes parcialmente destinadas a aterros sanitários, serão destinadas para a central de cogeração a biomassa gerando energia elétrica e vapor para a fábrica.</p> <p data-bbox="389 1821 1433 1879">O uso de recursos está alinhado com as categorias de 'energia renovável', 'prevenção e controle de poluição' e 'economia circular' dos Green Bond Principles (GBP).</p>

⁷ Disponível em: <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

	<p>Já a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁸ considera a cogeração de eletricidade a partir da bioenergia, incluindo a biomassa, como substancial para a mitigação das mudanças climáticas.</p> <p>A Central de Cogeração a Biomassa (CCB) também está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, mais especificamente aos ODS 7 ('Energia Limpa e Acessível'), ODS 9 ('Indústria, Inovação e Infraestrutura') e 12 ('Consumo e Produção Responsáveis'), principalmente em relação às metas:</p> <p>7.2 – “Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global”;</p> <p>9.4 – “Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades”;</p> <p>12.5 – “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso”.</p> <p>A emissão pode ser considerada alinhada aos Green Bond Principles no item 'Uso de Recursos'. Foi identificada lacuna em relação às melhores práticas de mercado, uma vez que uma pequena parte dos recursos será direcionada para reembolso de gastos no projeto. Pela lacuna não ter sido considerada suficientemente material, o item 1, dos GBP, é classificado como Liderança.</p>
<p>Processo para seleção e avaliação de projetos</p> 	<p>Alinhamento com estratégia ASG do emissor</p> <p>A Camil Alimentos S.A é uma empresa de bens de consumo que atua no setor de alimentos no Brasil e na América do Sul, com a industrialização, comercialização e distribuição de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum).</p> <p>Na América do Sul, a Camil possui 28 unidades de processamento e 16 centros de distribuição. No Brasil, são 14 unidades industriais que atendem o segmento de grãos (12), açúcar (1) e pescados (1) e, aproximadamente 14.000 clientes atendidos pelas vendas e plataformas de distribuição. Somente no Brasil, dentro do segmento de grãos, a Camil possui 14% do <i>market share</i> no mercado de arroz⁹. A estratégia de crescimento da Companhia inclui o aumento de sua participação no mercado de arroz e feijão no Brasil, tanto organicamente quanto por aquisições¹⁰.</p> <p>A empresa possui uma Política de Sustentabilidade que estabelece os princípios e diretrizes para a sustentabilidade dos negócios e operações. Dentro do aspecto ambiental de seus negócios, a Camil busca a mitigação de impactos ambientais, por meio do atendimento à legislação ambiental e gestão eficiente de recursos, incluindo a implementação de programas de eficiência energética, diversificação de fontes de energia e destinação adequada de resíduos.</p> <p>Desta forma, podemos concluir que a presente emissão está alinhada com os objetivos e com a estratégia ASG do emissor.</p> <p>Processo de seleção e avaliação dos projetos</p> <p>O projeto da UTE está em processo de licenciamento ambiental, para o qual está sendo desenvolvido um Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Este, que fará a descrição dos impactos ambientais do projeto, e das devidas medidas mitigatórias, ainda não foi concluído e apresentado ao órgão ambiental (Fundação Estadual de Proteção Ambiental</p>

⁸ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy-annexes_en.pdf

⁹ <http://ri.camilalimentos.com.br/camil/perfil-corporativo/>

¹⁰ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/65f65acb-ad9a-44b1-a3d5-620b6199a637/4d791652-1419-b565-d605-0dfdf457361e?origin=2>

Henrique Luiz Roessler – FEPAM). A empresa Veolia¹¹ é responsável pela instalação, gerenciamento da obra e posterior operação e manutenção do projeto.

O projeto terá potência nominal de 13 MW e capacidade de geração de vapor de 52 t/h, e ficará localizado na área rural do município de Itaqui (RS). A empresa já possuía uma outra UTE movida a casca de arroz na região urbana da cidade, que está sendo desativada por motivos de logística e de obsolescência de equipamentos. A nova UTE terá potência 3 vezes superior à antiga. A antiga UTE tinha capacidade de receber por volta de 55% do total do resíduo gerado, enquanto o novo projeto absorverá a totalidade da casca de arroz gerado, praticamente eliminando a necessidade de alguma destinação alternativa, como aterro sanitário. Mais informações sobre o projeto estão no [Anexo I](#).

Crerios de avaliaão do projeto: a gestão dos impactos ambientais da geraão de energia térmica do projeto foi avaliada em três frentes principais, de acordo com a Taxonomia CBI¹²:

i) Mitigaão de mudanças climáticas: A CBI Taxonomy estabelece que projetos de geraão de energia térmica a partir de biomassa devem proporcionar reduões de emissões acima de 80% para serem considerados elegíveis. De acordo com a publicação 'Não perca esse Bond', a geraão de energia a partir de biomassa residual se aproxima da neutralizaão, porque a matéria orgânica de origem absorve carbono durante seu crescimento. A reduão é ainda mais significativa quando se compara a emissão de CH₄ que esses resíduos teriam se fossem destinados para aterro. Dessa forma, as reduões de emissões proporcionadas estão acima de 80%. Segundo a empresa, estima-se que a eficiência do projeto será de 85%, a ser apurado em sua etapa de comissionamento. De acordo com a CBI Taxonomy, projetos de geraão de energia térmica a partir de biomassa devem atingir eficiência energética mínima de 80%.

ii) Originaão da matéria prima: De acordo com a CBI Taxonomy, a matéria prima usada na geraão de energia térmica a partir de biomassa deve ter origem 'sustentável', e não considera elegível a biomassa de madeira cultivada.

A Camil compra 100% do arroz, que posteriormente gera o resíduo da casca, de terceiros. Todos os fornecedores da Camil precisam assinar Declaraão de Conformidade a Legislaão e Ética, que conta com obrigaões socioambientais, incluindo:

- Respeito à legislaão trabalhista, garantindo boas condições de trabalho, com observância à legislaão brasileira e direitos humanos;
- Proibião ao trabalho análogo ao escravo, infantil ou qualquer forma de trabalho ilegal;
- Cumprimento a legislaão de higiene e segurança do trabalho;
- Respeito a diversidade;
- Adoão de medidas necessárias para a prevenão e mitigaão de danos ambientais, com observância à legislaão do meio ambiente e correlatas, das esferas Federal, Estadual e Municipal;
- Uso de boas práticas agrícolas.

A empresa também conta com um Canal de Ética para comunicaão de violaão aos termos da Declaraão de Conformidade a Legislaão e Ética e da legislaão por parte de fornecedores.

O arroz adquirido pela empresa é oriundo de produtores localizados no Rio Grande do Sul.

¹¹ <https://www.veolia.com/latamib/pt>

¹² https://www.climatebonds.net/files/files/Taxonomy/CBI_Taxonomy_Tables-08A%20%281%29.pdf

Atualmente, para a seleção de fornecedores de arroz que participam do **‘Programa de Fomento da Empresa’** – cerca de 15% de seus fornecedores -, além da assinatura da ‘Declaração de Conformidade a Legislação e Ética’, a Camil também analisa a conformidade dos produtores com a legislação ambiental por meio do licenciamento ambiental junto ao órgão competente. A empresa também solicita e dá preferência a produtores com o selo ambiental do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)¹³, que atesta conformidade com a legislação socioambiental e boas práticas na irrigação, porém este não é uma exigência. Não foi apresentado pela empresa o percentual de fornecedores que atualmente contam com o selo. Para o próximo exercício, a Camil busca implementar uma nova **Política de Suprimentos** para os fornecedores de arroz, a fim de fortalecer sua verificação ativa tanto na seleção de fornecedores quanto no monitoramento. Entretanto, as novas diretrizes que passarão a fazer parte da política ainda não foram definidas, e a empresa não apresentou compromissos nesse sentido. Mais informações a respeito da Política de Fornecedores no item ‘Aspecto Social’ da seção 3 (‘Performance ASG da Emissora’) e no [Anexo I](#).

- iii) **Emissões atmosféricas:** Segundo a empresa, o controle da emissão dos particulados será realizado por um sistema de multiciclones e filtro manga. O controle diário do monitoramento é realizado de forma visual pela operação, e anualmente será realizado um controle quantitativo por empresa especializada que tem por função validar os dados da emissão atmosférica do sistema. Esse resultado será compartilhado com o órgão ambiental (FEPAM), da mesma forma em que era feito com a UTE que será desativada.

Benefícios ambientais esperados para o projeto: Os benefícios ambientais esperados com a entrada da operação da Central de Cogeração a Biomassa (CCB) são o aumento da geração de energia renovável da empresa e prevenção da poluição proveniente da casca de arroz, que deixará de ser destinada a aterros sanitários e servirá como combustível da CCB.

Para cálculo das emissões de GEE evitadas, considerando que, com a energia gerada a partir do projeto, a empresa deixa de adquirir energia da rede local, considerou-se que a cada MWh de energia gerado adicional a UTE já existente (em desativação), a empresa deixa de emitir 0,0617 tCO₂e (fator de emissões por MWh do Sistema Interligado Nacional em 2020¹⁴). O cálculo de emissões evitadas a partir da casca de arroz que deixará de ser enviada para aterros sanitários foi realizado pela Veolia, utilizando dados do IPCC¹⁵. Os benefícios ambientais estimados para o projeto estão listados na tabela abaixo.



Tabela 1 – Estimativa de benefícios ambientais da emissão

Indicador	Valor estimado
Casca de arroz residual consumida pela UTE por ano (ton)	95.000
Percentual da casca de arroz gerada em Itaqui consumida pela UTE (%)	100%
Energia gerada por ano na nova UTE (MWh)	45.941
Emissões evitadas por ano considerando a totalidade de geração de energia da nova UTE (tCO ₂ e)	2.834,56
Energia gerada por ano adicional ao que era gerado na UTE antiga (MWh)	30.627
Emissões evitadas por ano considerando a diferença de geração de energia entre a UTE nova e a UTE antiga (tCO ₂ e)	1.889,7

¹³ <http://stirga2018-admin.html.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/21102549-o-que-e-o-selo-ambiental.pdf>

¹⁴ https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html

¹⁵ <https://www.ipcc.ch/>

	Emissões evitadas considerando a casca de arroz que deixará de ser destinada a aterro sanitário (tCO2e) ¹⁶	15.358.549														
<p>Gestão de recursos</p> 	<p>Características da emissão</p> <p>Os recursos da 1ª (primeira) série da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Camil Alimentos S.A., no valor de R\$ 150 MM, serão utilizados para a construção e instalação de uma planta de cogeração de energia elétrica a partir da casca de arroz. O valor da emissão corresponde a 98,43% do valor total do projeto como demonstrado na tabela a seguir.</p> <p><i>Tabela 2 - Uso de Recursos da emissão</i></p> <table border="1" data-bbox="389 707 1430 992"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caldeiras a Biomassa</td> <td>34.560.000,00</td> </tr> <tr> <td>Turbogerador</td> <td>21.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Pátio de Biomassa</td> <td>13.444.009,00</td> </tr> <tr> <td>BOP (obras civis, sistemas elétricos, sistemas de combate a incêndio, água de resfriamento, engenharia e gerenciamento da obra e outros)</td> <td>73.392.918,00</td> </tr> <tr> <td>Subestação</td> <td>10.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>152.396.927,00</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>Fonte - Camil</i></p> <p>O prazo das debêntures é de 7 anos após a emissão, vencendo, portanto, em 2028.</p> <p>Ademais, a escritura da emissão possui cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos das debêntures não sejam utilizados conforme o estabelecido e a legislação socioambiental vigente não seja cumprida, em especial, as leis relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente.</p> <p>Procedimentos para gestão dos recursos e recursos temporariamente não alocados</p> <p>A empresa estima alocar a totalidade de recursos no projeto em até 24 meses. Os recursos da emissão serão geridos pela Tesouraria da Camil. Ademais, os recursos da emissão poderão ter investimentos temporários em Certificados de Depósito Bancários (CDBs). Como esse instrumento financeiro de baixo risco financia as atividades de uma instituição financeira como um todo, o risco de alocação direta em atividades carbono intensivas não é significativo. O projeto elegível não foi objeto de outras emissões de títulos temáticos.</p> <p>A emissão pode ser considerada alinhada aos <i>Green Bond Principles</i> no item 'Gestão de Recursos'. No entanto, foram identificadas lacunas em relação às melhores práticas de mercado, nomeadamente, o não estabelecimento de redirecionamento dos recursos caso os projetos falhem em cumprir o estabelecido no GBP 1 e 2. Dessa forma, classificação neste item dos GBP é Confortável.</p>		Descrição	Valor (R\$)	Caldeiras a Biomassa	34.560.000,00	Turbogerador	21.000.000,00	Pátio de Biomassa	13.444.009,00	BOP (obras civis, sistemas elétricos, sistemas de combate a incêndio, água de resfriamento, engenharia e gerenciamento da obra e outros)	73.392.918,00	Subestação	10.000.000,00	Total	152.396.927,00
Descrição	Valor (R\$)															
Caldeiras a Biomassa	34.560.000,00															
Turbogerador	21.000.000,00															
Pátio de Biomassa	13.444.009,00															
BOP (obras civis, sistemas elétricos, sistemas de combate a incêndio, água de resfriamento, engenharia e gerenciamento da obra e outros)	73.392.918,00															
Subestação	10.000.000,00															
Total	152.396.927,00															
<p>Relato</p> 	<p>Este parecer pré-emissão será enviado ao agente fiduciário e disponibilizado publicamente no website da emissora (http://ri.camilalimentos.com.br).</p> <p>A Camil se compromete a divulgar as informações acerca da alocação de recursos e benefícios ambientais anualmente até a data de vencimento das debêntures da primeira série.</p>															

¹⁶ Calculado pela Veolia

Os indicadores financeiros e benefícios ambientais da operação, listados a seguir, serão reportados no Comitê de ESG e Ética e no Relatório de Sustentabilidade da companhia:

Indicador financeiro:

1. Volume financeiro investido no projeto (em R\$);
2. Instrumentos de investimento temporário (em R\$)

Indicadores ambientais:

1. Status do projeto e licenciamento ambiental;
2. Consumo de biomassa (ton);
3. Percentual da biomassa residual (casca de arroz) gerada aproveitada para geração de energia (%)
4. Consumo de água (m³);
5. Vapor gerado (ton);
6. Percentual da necessidade energética da unidade abastecida pelo projeto (%);
7. Eficiência energética da CCB (%);
8. Energia gerada por ano (MWh);
9. Emissões evitadas por ano (tCO₂e);
10. Descrição da política de suprimentos aplicada a fornecedores de arroz.

Ademais, os indicadores financeiros e ambientais do projeto serão verificados externamente em até 24 meses da emissão e divulgados publicamente, conforme a cláusula 4.7.5 da escritura das debêntures.

Não foram identificadas lacunas para o enquadramento do item 'Relato' (Green Bond Principle 4) em relação aos standards de sustentabilidade adotados e, portanto, sua classificação é de Liderança.

• **Empresa**

Análise	Descrição
Controvérsias ASG	Foram encontrados casos controversos em seu histórico. A empresa atuou de maneira remediativa nos casos identificados.

Equipe técnica responsável



Serena Canjani
Analista
scanjani@sitawi.net



Isabela Coutinho
Consultora ESG
icoutinho@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Revisor e Controle de
Qualidade
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 04/11/2021

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Camil Alimentos S.A. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela empresa. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI¹⁷ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

¹⁷ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

3. Performance ASG da Emissora

A Camil Alimentos S.A é uma empresa do setor de alimentos com atuação no setor de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum).

Atualmente, a Camil possui 6.655 colaboradores distribuídos em quatro países da América do Sul: Brasil, Peru, Chile e Uruguai. Vale enfatizar que o escopo desta análise engloba somente a operação da Camil no Brasil. No país, a Camil possui 4.658 colaboradores, sendo 3.230 homens (69,34%) e 1.428 (30,66%) mulheres.

Desde 2017, a Camil é listada na B3, a bolsa brasileira, na categoria Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa.

A atual estrutura de Governança da empresa é ilustrada na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Estrutura de Governança da Camil



Fonte - Camil

A seguir, são apresentados os principais aspectos relacionados à performance ASG da Camil Alimentos S.A.

- **Aspecto Ambiental**

A Camil Alimentos possui uma **Política de Sustentabilidade** que visa estabelecer as diretrizes para a sustentabilidade dentro dos negócios e operações da empresa, assim como a introduzir a fatores ESG (Environmental, Social and Governance – Ambiental, Social e Governança). Dentro dessa política, a Camil busca a mitigação dos impactos ambientais por meio do atendimento à Legislação Ambiental e, de ações como a implementação de programas de eficiência energética, a diversificação das fontes energéticas utilizadas, o direcionamento adequado dos seus resíduos e a utilização consciente dos materiais.

Em seu Relatório de Sustentabilidade, a Camil afirma respeitar os processos estabelecidos pelos órgãos ambientais de cada país que opera em relação ao gerenciamento de seus resíduos. No Brasil, a empresa possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para suas principais unidades. Dentre os principais resíduos gerados pela empresa estão os resíduos não perigosos, como papel cartão, lodos de tratamento de efluentes, tecidos vegetais, metais e plásticos.

Para a disposição final de seus resíduos, a empresa faz uso, em parte, da incineração, com e sem aproveitamento energético, além da disposição final em aterros - para aqueles resíduos que não forem incinerados. Considerando tanto os resíduos perigosos como os não perigosos, no Brasil, foram geradas 778.878,39 toneladas de resíduos em 2020¹⁸.

Seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa adota a Logística Reversa de suas embalagens. Essa ação é realizada junto a duas organizações sem fins lucrativos, a Prolata e a Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT), a fim de incentivar a coleta de plásticos e papelão de forma correta, promover a inclusão social e melhorar as condições de trabalho e da renda dos trabalhadores da área de resíduos recicláveis.

Assim como a diminuição e reciclagem de resíduos gerados, a empresa tem o consumo de energia como um dos indicadores de desempenho sustentável dos seus processos. Para isso, a Camil busca reduzir o consumo de energia e utilizar novas fontes energéticas limpas, incluindo o aumento da sua produção própria de energia. Por meio do aumento da eficiência energética de suas plantas e fábricas, no período de 2017 a 2019, a Camil reduziu seu consumo de energia (em megawatt por tonelada) em 8%. Já a geração de energia própria da Companhia cresceu 7% no Brasil, entre a Safra 2019-2020 e a Safra 2020-2021.

A geração própria de energia limpa se dá através da utilização da casca de arroz como combustível em pequenas centrais termoelétricas de propriedade da Camil, localizadas em Itaqui e Capão do Leão, ambas no Rio Grande do Sul. Através das UTEs, a empresa conseguiu produzir, em 2020, um total de 40.000 MW, com consumo próprio de 35.849,332 MW e exportando o excedente para o mercado livre de energia.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade, a Camil capta os recursos hídricos subterrâneos, através de poços artesianos superficiais ou a partir de terceiros, seguindo os padrões da legislação vigente em cada unidade. No caso das unidades que possuem o tratamento de efluentes, há o monitoramento constante, além do atendimento às condicionantes das licenças ambientais de operação, sendo a gestão interna feita com o acompanhamento de uma consultoria, que monitora os dados de análise das águas.

Os produtos da empresa que mais demandam a utilização de água são o arroz parboilizado e os pescados. O tratamento dos efluentes é essencial, principalmente para o descarte das águas provenientes da plantação de arroz, de forma a não impactar a vida aquática da área.

As licenças ambientais de operação da empresa em Itaqui, incluindo a outorga para captação de água subterrânea, são apresentadas a seguir.

¹⁸ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/65f65acb-ad9a-44b1-a3d5-620b6199a637/4d791652-1419-b565-d605-0dfdf457361e?origin=2>

Tabela 3 - Licenças Ambientais da Unidade Itaqui (RS)

Licença	Escopo	Número	Emissão	Validade
Licença Ambiental de Operação	Autorização do aterro de resíduos sólidos industrial classe IIA para casca de arroz e cinza de casca de arroz	07045/2018	Novembro/2018	Novembro/2023
	Autorização de incorporação de RSI classe II em solo agrícola	00293/2018	Outubro/2018	Outubro/2023
Outorga	Autorização para captação subterrânea em aquífero fraturado na Formação Serra Geral no município de Itaqui.	901/2012	Julho/2012	N/A
Autorização Ambiental de Manejo de Fauna	Promover o manejo de fauna silvestre a fim de viabilizar instalação do empreendimento: secagem/armazenagem e engenho de arroz	00091/2021	Setembro/2021	Setembro/2022

*N/A: Não aplicável.

Para viabilizar a instalação do empreendimento de secagem, armazenagem e do engenho de arroz da unidade, tornou-se necessária a emissão de uma Autorização de Manejo de Fauna (AMF). A AMF permitiu o levantamento de dados primários da fauna para a elaboração de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Logo após a sua identificação, as espécies foram soltas no local de captura. Em casos de resgate, as espécies foram soltas nas áreas previamente acordadas. A AMF é válida para um ano de atividade de manejo, sendo de setembro de 2021 a 2022.

O RAS é uma das condicionantes relacionadas ao projeto da Central de Cogeração de Biomassa, que atualmente se encontra em trâmite, assim como as demais licenças ambientais.

• Aspecto Social

A **Política de Treinamento e Desenvolvimento (T&D)** da Camil, aplicável às áreas de negócios e unidades da Camil Alimentos S/A, define a hierarquia dos treinamentos a serem realizados (Figura 2). A metodologia de aprendizagem utilizada é o método 70/20/10, o qual combina a experiência própria do colaborador (70%), o aprendizado com os outros colaboradores (20%) e o restante em atividades de capacitação formal (10%).

Figura 2 - Hierarquia dos Programas de P&D



Fonte - Camil

Os treinamentos de 'Negócios da Camil' abordam assuntos específicos sobre o negócio da Camil, como os sistemas de gestão e processos internos, código de ética, integração institucional e outros. Os treinamentos 'Normativos' são aqueles obrigatórios pela

legislação, tais como os de normas regulamentadoras (NR 35, NR 33, NR 12 e outros). Os treinamentos 'Funcionais/Técnicos' estão relacionados a capacitação para funções operacionais ou administrativas aplicada a atividades técnicas exigidas como pré-requisito para um cargo ou função. Alguns exemplos de treinamentos nessa área são: formação em operador caldeira; implantação de sistema e capacitação em novo processo. Por fim, os 'Programas Corporativos' englobam ações de desenvolvimento corporativo, gestão do conhecimento e preparação de gestores.

A empresa possui uma **Política de Remuneração** - aplicável a todos os colaboradores exceto estagiários, aprendizes e safristas - que tem como objetivo garantir a coerência salarial entre os cargos; a competitividade do salário em relação aos salários pagos pelo mercado, bem como oferecer oportunidade de progresso salarial aos colaboradores como reconhecimento do desempenho.

Essa Política também aborda a **Trilha da Carreira**, a qual possibilita o crescimento do colaborador dentro de uma mesma área de atuação ou migração para outra área. Outros benefícios oferecidos são assistência médica, vale alimentação, controle de horas e Política de Horário Flexível. Essa última aplicável somente para os colaboradores do Escritório, as unidades industriais atendem aos horários de turno das fábricas. A empresa também incentiva a liberdade de associação coletiva, sendo que 16,26% de seus colaboradores são representados pelo sindicato.

A Camil também possui 533 trabalhadores terceirizados envolvidos em suas atividades - fim, sendo 474 em atividades operacionais, 20 em atividades administrativas (números consideram apenas a operação no Brasil).

Ainda, a empresa possui procedimentos estabelecidos em relação às questões de **Saúde e Segurança do Trabalho** e Gestão de Riscos associados às atividades dos diferentes setores, tais como a 'Ordem de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho' e 'Procedimento para Prática do DSS – Diálogo de Saúde e Segurança. Nos DDS são incluídas todas as pessoas que prestam serviços para a companhia, desde funcionários próprios, incluindo estagiários, a terceirizados.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade da empresa, 2020 foi um ano-safra no Brasil com recorde na redução dos acidentes de trabalho com afastamento, com redução de 49,4% frente ao ano anterior. Não houve acidentes envolvendo óbitos.

A Camil Alimentos também apresentou o **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA**, referente à preservação da saúde e integridade física de seus colaboradores e o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**, que introduz a implementação dos exames de saúde ocupacional. Ambos os programas apresentados pela Camil são atuais e possuem sua validade até o ano de 2022.

A Unidade de Itaqui passou pela vistoria do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, certificando que a edificação está em conformidade com a legislação, com as resoluções técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul e normas técnicas vigentes quanto à prevenção de incêndios. O **Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio** se encontra válido até o mês de junho de 2022.

O **Código de Ética da Camil**¹⁹ traz diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, terceiros, parceiros, acionistas e membros do conselho da empresa. O Código busca orientar os colaboradores acerca de uma conduta mais sustentável e ética, por meio do

¹⁹ https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/65f65acb-ad9a-44b1-a3d5-620b6199a637/8c3dff51-50d0-44aa-9026-d17dc610b877_25CR_Camil_Livreto_Codigo_Etica.pdf

respeito à diversidade e com ações para prevenir a ocorrência de assédio moral e sexual, situações de conflito de interesses e outros.

Em seu Relatório de Sustentabilidade de 2020, a empresa declara que valoriza as cadeias de fornecimento e prioriza parceiros e agricultores locais. O **Programa de Fomento** da empresa é direcionado a fornecedores de pequeno e médio porte. O Programa estabelece visitas periódicas de especialistas da Camil: a primeira visita na época do plantio, a segunda na irrigação, a terceira na aplicação de defensivos agrícolas como herbicidas, inseticidas e fungicidas e a quarta no período pré-colheita. Uma das exigências do Programa é o uso de sementes verificadas pelos órgãos credenciados. Os defensivos agrícolas devem possuir registro no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a cultura de arroz, e em linha com as metas ambientais da Camil.

Os fornecedores de arroz da Camil são, em sua maioria, produtores sem atividade industrial. Assim, possuem apenas as licenças ambientais pertinentes à sua produção. A Camil realiza o levantamento e monitoramento de questões relacionadas a responsabilidade socioambiental e ética de fornecedores críticos - aqueles que detém mais de 70% do volume adquirido pela Camil no último exercício. Além do mais, a empresa informou que está planejando uma política para, a partir do próximo exercício, coletar e monitorar essas informações obrigatoriamente para todos os fornecedores, críticos ou não. Esse processo será realizado pela área de Suprimentos da companhia.

Ainda, a Camil possui uma **Declaração de Conformidade a Legislação e Ética** que contém as diretrizes de conduta exigidas pela Camil para seus fornecedores, tais como a conformidade com a legislação, com a Lei Anticorrupção, a Lei Geral de Proteção de Dados, respeito à diversidade, proibição de trabalho escravo e/ou infantil, preservação do meio ambiente e outros. A empresa não realiza verificação ativa do cumprimento dos itens constantes na declaração.

A empresa também possui um **Canal de Ética** que deve ser utilizado para comunicar possíveis violações ao Código de Ética ou Declaração de Conformidade a Legislação e Ética do Fornecedor da Camil.

Quanto ao consumidor final, a **Política de Atendimento ao Consumidor** abrange as ações que devem ser tomadas na área de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Os contatos chegam por 3 canais: o telefone 0800, o canal 'Fale Conosco' presente nos sites das marcas da Camil Alimentos S.A e nos perfis das redes sociais das marcas.

Os contatos realizados são armazenados e, a partir das informações, são gerados relatórios internos que auxiliam no monitoramento de indicadores da área. Alguns dos indicadores são: taxa de abandono, tempo médio de espera (T.M.E), tempo médio de atendimento (T.M.A.) no canal 0800; e tempo de resposta no canal Fale Conosco e redes sociais.

No que se refere a investimentos e impacto sociais, a Camil foi reconhecida na lista Top of Heart, iniciativa da Ação da Cidadania, que lista as principais empresas doadoras do Natal Sem Fome 2020²⁰. Além disso, no último ano, a empresa realizou o investimento de, aproximadamente, R\$ 1,5 milhão em programas apoiados com recursos próprios e R\$ 655 mil em programas apoiados com recursos incentivados

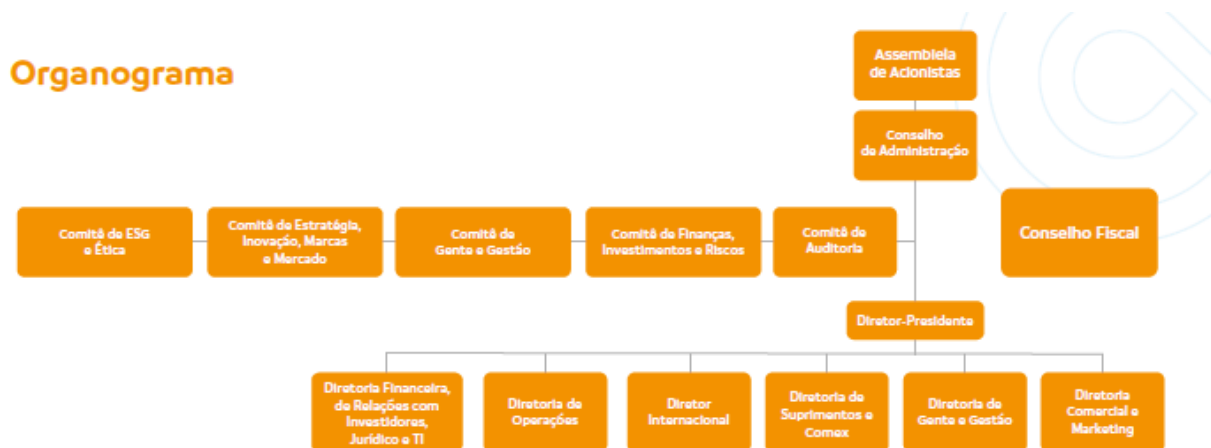
- **Aspecto Governança**

²⁰ <https://www.natalsemfome.org.br/top-of-heart>

A estrutura acionária da empresa está organizada de maneira que a Camil Alimentos é detentora de 62,09% das ações ordinárias da companhia e 30,58% é de ações em circulação, incluindo a participação do acionista Franklin Templeton Investments, que possui também 5,55% das ações ordinárias. O restante é de acionistas minoritários²¹.

A organização hierárquica da Companhia é apresentada a seguir.

Figura 3 - Organograma da Camil Alimentos S.A.



Fonte - Relatório de Sustentabilidade Camil 2020

Os diretores da Camil possuem em sua remuneração variável metas relacionadas a boas práticas de governança, responsabilidade social e à conservação do meio ambiente, que variam de acordo com a área da empresa. O CEO, a Diretoria Internacional e a Diretoria de RH possuem metas relacionadas à saúde e segurança do trabalho; a Diretoria Financeira metas ligadas ao Compliance e à LGPD; a Diretoria de Suprimentos à coleta de declarações socioambientais e éticas de fornecedores críticos; a Diretoria Comercial e de Marketing à imagem e reputação e, a Diretoria de Operações ao consumo eficiente de energia. Todas as metas foram validadas pelo Comitê de ESG e Ética da Companhia.

Desde 2008, a Camil possui um **Conselho de Administração (CA)** responsável pelo estabelecimento das políticas estratégicas gerais da empresa. O Conselho é composto por sete membros, sendo que quatro deles são independentes. Isso equivale a 57% da composição do Conselho por membros independentes, valor superior ao mínimo estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado, de 20% dos membros do CA como conselheiros independentes.

Os conselheiros da Camil são eleitos para mandatos unificados de 2 anos, sendo permitida a reeleição. O atual CA foi eleito em junho de 2020 e seu mandato se encerrará em junho de 2022. O CA vigente não é diverso, possuindo apenas homens em sua composição.

Além do Conselho de Administração, a empresa possui um Conselho Fiscal; um Comitê de Auditoria; Comitê de Finanças, Investimentos e Riscos; Comitê de Gente e Gestão; Comitê de Estratégia, Inovação, Marcas e Mercado; e Comitê de ESG e Ética.

²¹ <http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/estrutura-acionaria/>

O **Comitê de ESG e Ética**, assim como o Conselho de Administração, é também composto somente por homens. O Comitê de ESG possui caráter consultivo e tem como objetivo assessorar o CA e, auxiliá-lo na incorporação das questões ambientais, sociais e de governança, assim como o cumprimento das normas de conduta presentes no Código de Ética, Estatuto Social e legislação vigente aplicável à Companhia.

Recentemente, a empresa lançou o **Programa de Integridade**, o qual busca prevenir, detectar e remediar a ocorrência de condutas indevidas e em desconformidade com a legislação vigente e políticas internas. O programa é norteado por seis pilares: (1) Estrutura da área e comprometimento da alta administração; (2) análise de riscos; (3) políticas e procedimentos; (4) treinamento e comunicação; (5) canal de denúncias e medidas de remediação e (6) controles e monitoramento contínuo.

• **Controvérsias**

Foi realizada uma pesquisa na mídia acerca de controvérsias a respeito da Camil Alimentos S.A, as quais são brevemente explicitadas a seguir.

Os casos encontrados foram classificados como significativos ou críticos. Na maior parte dos casos, a empresa agiu de maneira remediativa.

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
<p>2019: Descumprimento da condicionante 4 da Licença Ambiental de Operação (LAO) N°9653/2014, que exigia medidas compensatórias por ocupação de área de preservação permanente (APP).</p>	<p>Significativo: As medidas compensatórias exigidas pelo órgão ambiental eram:</p> <p>(a) Aquisição de área três vezes superior à APP ocupada ou;</p> <p>(b) Recuperação de APP triplamente superior à ocupada.</p> <p>O não cumprimento da condicionante ambiental no prazo estabelecido culminou em uma multa entre 15 a 20 mil reais para a empresa.</p>	<p>Defensiva: A empresa informou que realizou o pagamento da multa em março de 2019 e que foi enviada uma manifestação para o órgão ambiental, no qual declara que:</p> <p>(i) o imóvel (matrícula 13.412, antiga matrícula 23.561) é de propriedade da Camil, embora ainda esteja em nome da Femepe Indústria e Comercio de Pescados S.A. ("Femepe"), uma vez que a Camil é sucessora por incorporação da Femepe;</p> <p>(ii) a Camil já reservou há mais de 05 anos a área contida na matrícula 13.412 (antiga matrícula n° 23.561) como Área de Preservação Permanente;</p> <p>(iii) o processo de regularização do referido imóvel ainda não foi concluído junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Navegantes/SC, Prefeitura Municipal de Navegantes e SEFAZ,</p>

pois é extremamente burocrático;

Social	Nível de Severidade	Responsividade
<p>2019 - Fiscalização do Trabalho interdita empresa cerealista no Rio Grande do Sul. Atividades ficam suspensas devido à falta de segurança aos trabalhadores.</p>	<p>Significativo: Auditores-fiscais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia interditaram parte da empresa Camil Alimentos, de Itaqui (RS). Todos os espaços confinados e setores onde há risco de queda de trabalhadores em altura foram fechados, como silos, túneis, poços de elevadores de grãos e outros.</p> <p>Para retomar o trabalho, a empresa teria que cumprir com 29 tópicos de medidas de adequação, como a reformulação de escadas, plataformas, a instalação de pontos de ancoragem para controle dos riscos de quedas de altura, dentre outros.</p>	<p>Remediativa: A empresa comentou, via e-mail, que logo em seguida contratou uma consultoria especializada nos temas (NR33 - Espaços Confinados e NR35 - Trabalho em Altura) e buscou sanar os riscos graves e iminentes por meio de adequações estruturais nos ambientes mais críticos, bem como desenvolveu processos de gestão e treinamentos de saúde e segurança relacionados.</p> <p>As medidas foram apresentadas ao Ministério do Trabalho e Emprego e as atividades interrompidas foram retomadas.</p>
<p>2019 - Incêndio atinge fábrica da Camil Alimentos, em Itaqui (RS).</p>	<p>Significativo: Incêndio aconteceu na torre de resfriamento da termoeletrica da Fábrica de óleo. As chamas atingiram aproximadamente 10 metros, e o fogo se alastrou pela caldeira incendiando também o pavilhão com uma fumaça preta.</p> <p>A equipe de brigadistas e o Corpo de Bombeiros contiveram as chamas sem riscos de explosões, ninguém se feriu.</p>	<p>Remediativa: A empresa informou, via e-mail, que na data de 04/10/2019, uma equipe de uma empresa terceirizada estava realizando uma manutenção na parte interna das Torres de Resfriamento da Termoeletrica. Ao fazer a solda da estrutura que sustenta o motor da torre central, as centelhas de solda se aglomeraram na parte dos favos de polietileno. Os favos estavam secos, o que facilitou a propagação do fogo.</p> <p>De acordo com a Camil, o incêndio ocorreu principalmente pela ausência de procedimentos de trabalho a quente. As “birutas de soldas” foram a fonte de ignição para que o incêndio começasse. Ademais, não havia nenhum extintor próximo ao local para combater o fogo.</p> <p>Como ação corretiva, a empresa atualizou os procedimentos de trabalho a quente, adquiriu mantas de isolamento para fagulhas de solda para atividades realizadas a quente e implementou os DDS com toda a equipe de Manutenção Própria e Terceirizada.</p>

<p>2013 – Explosão em fábrica de pescados da Camil, em Navegantes (SC), causa morte de operário e deixa feridos.</p>	<p>Crítico: A explosão ocorreu em uma das caldeiras da empresa. O vapor causou queimaduras em cinco pessoas e duas, uma delas um haitiano, foram encaminhadas ao hospital com 70% dos corpos queimados.</p>	<p>Remediativa: Os funcionários haitianos tiveram queimaduras no corpo causadas por água e vapor aquecido, no momento em que a última autoclave abastecida no dia de produção foi aberta, enquanto ainda estava no ciclo de produção.</p> <p>A Camil informou que as vítimas foram socorridas pelos funcionários da unidade e encaminhadas ao hospital. A autoclave também foi interditada.</p> <p>De acordo com a Camil, o acidente foi causado pela ausência de supervisor no turno, por falta de treinamento e avaliação de risco, falta de treinamento no idioma dos operários e carência de manutenção preventiva e corretiva no equipamento.</p> <p>Dentre as ações corretivas, foi definido um treinador bilingue para os haitianos; foram estabelecidos procedimentos operacionais para todas as atividades da fábrica; foi implantado um sistema de gestão de manutenção dos equipamentos da unidade e uso de coletes refletivos pelos operadores de autoclaves para identificação visual; um curso de NR13 fornecido para os ajudantes de autoclaves, dentre outras ações.</p>
---	--	---

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da emissão – avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI²² e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Legendas

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração segundo a ISAE 3000.

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta aos Stakeholders, mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.

²² <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Muito significativo	Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Formulário Green Bond Principles

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Camil Alimentos S.A.

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 04/Nov/2021

Publication date of review publication: November 2023 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Camil's debenture is aligned with the Green Bonds Principles and thus eligible to market as a Green Bond. The proceeds will be directed to investments in bioenergy generation, which uses residual biomass as feedstock.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The issuance indenture establishes the use of proceeds as investments for steam generation and electric energy cogeneration from biomass for Camil's production in the agribusiness segment. The proceeds will be allocated to reimbursements (3% of total amount) of the last year (2021) and future expenses (97% of total amount) with CAPEX for the installation of the thermal energy generation plant from biomass. The feedstock used as biomass is residual rice husk from Camil's industrial activities.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): Circular Economy |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

Overall comment on section (if applicable): The objective of the issuance is to make investments towards renewable energy generation, using renewable feedstock. The project was assessed according to the CBI Taxonomy (heat and power generation facilities). We concluded that Camil's project has a satisfactory process for project evaluation and selection, aligned with the Green Bond Principles, but with no active compliance verification of rice suppliers.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The first series of the debenture issuance sums up to BRL 150 MM, with maturity in 7 years from the issuance. The issuance represents about 98,43% of the project total costs. All net proceeds will be allocated to

the eligible project within 24 months after the issuance. Proceeds temporarily not allocated to the projects may be invested in low-risk financial instruments – certificates of bank deposits. As this low-risk instrument finances the activities of a financial institution as a whole, there is no significant risk of direct allocation to climate damaging activities. This project has never received any investments from green/climate/sustainable bonds.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocation to individual disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): The company will report annually on its website, until the maturity of the issuance, regarding the proceeds allocation, temporary investments and environmental impact of eligible uses, with the following indicators: Environmental licensing status; Water consumption (m³); Energy efficiency (%); Avoided emissions from renewable energy generation (tCO₂e); Energy generated per year (MWh); Residual rice husk consumed by the thermoelectric power plant per year (ton); Description of rice suppliers selection criteria. The issuance commitments will be verified by an external verifier within 24 months after the operation.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
- Other (*please specify*):
- GB financed share of total investment

Frequency:

- Annual
- Semi-annual
- Other (*please specify*):

Impact reporting:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators (<i>please specify</i>): <i>Environmental licensing status; Water consumption (m3); Energy efficiency (%); Avoided emissions from renewable energy generation (tCO2e); Energy generated per year (MWh); Residual rice husk consumed by the thermoelectric power plant per year (ton); Description of rice suppliers selection criteria.</i> | |

Means of Disclosure

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in financial report | <input type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Reporting reviewed (<i>if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review</i>): | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://ri.camilalimentos.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2 nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification / Audit | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework.

“Second opinions” may fall into this category.

- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer’s ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program

Anexo I – Descrição do Projeto e do Selo Ambiental IRGA

A Central de Cogeração a Biomassa (CCB) terá como combustível a própria casca de arroz gerada na fábrica da Camil, podendo gerar até 12MW de energia (geração bruta máxima) e uma produção de 52 t/h de vapor a 45 bar e 460°C para acionamento do turbogerador (TGV), vapor esse proveniente da caldeira aquatubular a biomassa (GV).

O projeto da CCB é uma atualização de uma UTE antiga da empresa, de maneira que o novo projeto atenderá 100% da necessidade energética da unidade de Itaquí no sistema de geração pura e na entressafra. A energia elétrica excedente será direcionada para a rede elétrica. A Tabela a seguir traz uma comparação da geração de energia da UTE que está sendo planejada frente a UTE antiga.

Tabela 4 - Análise projeto novo CCB vs antiga CCB

Projeto	Geração de energia
CCB (projeto atual)	240 MW/dia
CCB antiga	80 MW/dia

Fonte – Camil.

A geração anual de energia e de vapor da caldeira considerando os períodos entressafra, safra e a geração pura é apresentada a seguir.

Tabela 5 - Geração de energia (MWh) da CCB

Geração de energia da CCB (MWh/ano)	
Geração Pura	45.941
Entressafra	25.832
Safra	8.396

Fonte - Camil

Uma vez que a potência da CCB depende da umidade da casca (biomassa), a geração de energia foi calculada considerando a umidade da casa de arroz em 10,7% e a potência nominal da turbina de 13MW. A eficiência energética da usina térmica é estimada em 85%, dado que será apurado na etapa de comissionamento do projeto.

O rendimento da usina considerando a eficiência global de cogeração, ou seja, a produção média de vapor e energia elétrica simultaneamente, é apresentado a seguir.

Tabela 6 - Rendimento da Usina de Cogeração a Biomassa

Período	Rendimento da Usina
Safra	76,2%
Entressafra	39,9%

Fonte - Camil

O monitoramento das emissões atmosféricas da nova UTE será realizado por meio de um sistema multiciclones e filtro manga. Já o controle diário do monitoramento de gases será feito de forma visual pela equipe de operação. Um controle quantitativo é realizado anualmente por uma empresa especializada, que tem como função validar os dados da emissão atmosférica do sistema. As informações obtidas são repassadas ao órgão ambiental responsável, a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler).

O Cronograma de implementação do projeto é apresentado a seguir.

Tabela 7 - Cronograma de implementação da CCB

Atividade	Período
Conclusão do projeto básico	Maio/2021
Entrada do Licenciamento ambiental (RAS/LP e LI)	Novembro/2021
Início das obras (previsão)	Março/2022
Término das obras e entrada da operação	Junho/2023

Fonte - Camil

O projeto ainda não está em construção. Porém, atualmente, esteja sendo realizada a compra dos principais equipamentos como a caldeira e o turbo gerador.

Selo Ambiental IRGA

O Selo Ambiental da Lavoura de Arroz do RS é uma ferramenta lançado pelo IRGA, na safra agrícola 2008/09 com o apoio de entidades do setor, como a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Irrigação, a Fundação IRGA e FEDERARROZ.

O Selo busca reconhecer os produtores de arroz cujos manejos da lavoura e da propriedade rural estejam em conformidade com a legislação ambiental e que desenvolvam ações para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos na atividade agrícola.

O selo tem 5 princípios: 1) Produção sustentável; 2) Segurança do alimento; 3) Proteção ao ambiente; 4) Rentabilidade econômica; e 5) Adequação à legislação. Assim, o selo tem como objetivos²³:

- Promover a sustentabilidade ambiental do sistema de produção de arroz irrigado;
- Desencadear o processo de certificação e rastreabilidade;
- Garantir aos empreendimentos agrícolas reconhecimento quanto ao uso de práticas ambientais e sociais corretas na lavoura de arroz irrigado;
- Melhorar a gestão da propriedade rural, reduzir custos agregados ao processo produtivo e contribuir para agregação de valor ao produto;
- Incentivar a produção de arroz dentro dos princípios da segurança do alimento.

²³ <http://stirga2018-admin.hml.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/21102549-o-que-e-o-selo-ambiental.pdf>